



Possibilidades e Fronteiras na Pesquisa em Bioantropologia: Um breve Panorama

Possibilities and Frontiers in Bioanthropology Research: An Overview

Aguinaldo de Jesus Moraes Marques¹

PPGCA-CCNT-UEPA

aguinaldoj2m@gmail.com – <https://orcid.org/0009-0008-8637-2564>

Brenda Bandeira de Azevedo²

brendabandeira20@gmail.com – <https://orcid.org/0009-0009-9967-1296>

PPGA-IFCH-UFPA

Resumo

Este artigo apresenta uma visão extensiva da Bioantropologia, explorando sua evolução histórica, interfaces disciplinares e perspectivas contemporâneas. Partindo da transformação da antropologia física no século XX, o estudo traça o desenvolvimento da Bioantropologia como uma ciência multidisciplinar que integra abordagens evolutivas e culturais. Através de revisão de literatura, são apresentadas as principais correntes teóricas, incluindo o determinismo ambiental, particularismo histórico, neoevolucionismo e ecologia cultural. O trabalho destaca a importância da antropologia ecológica e sua evolução para uma "nova antropologia ecológica", enfatizando a dinâmica e complexidade das interações entre sociedades humanas e seus ambientes. São exploradas as interfaces com outras disciplinas, como Arqueologia, Antropologia Social, História e Ciências Ambientais. O artigo também aborda áreas específicas de pesquisa, como evolução humana, variação biológica, antropologia forense e primatologia. Por fim, são discutidas outras possibilidades de pesquisa, além de questões éticas relevantes para o campo. Como resultado, esta revisão oferece uma perspectiva atualizada sobre as fronteiras e desafios da Bioantropologia.

Palavras-chave: Bioantropologia; Evolução Humana; Ecologia Cultural; Ética em Pesquisa.

¹ Arqueólogo, Doutorando em Ciências Ambientais – PPGCA/UEPA, Mestre em Antropologia – PPGA/UFPA e Graduado em História – IFCH/UFPA.

² Arqueóloga, doutoranda em Antropologia – PPGA/UFPA, Mestra em Antropologia – PPGA/UFPA e Graduada em Ciências Sociais – IFCH/UFPA.

Abstract

This article provides an extensive overview of Bioanthropology, exploring its historical evolution, disciplinary interfaces, and contemporary perspectives. Beginning with the transformation of physical anthropology in the twentieth century, the study traces the development of Bioanthropology as a multidisciplinary science that integrates evolutionary and cultural approaches. Through a literature review, the main theoretical frameworks are presented, including environmental determinism, historical particularism, neoevolutionism, and cultural ecology. The work highlights the importance of ecological anthropology and its evolution into a “new ecological anthropology,” emphasizing the dynamic and complex interactions between human societies and their environments. Interfaces with other disciplines, such as Archaeology, Social Anthropology, History, and Environmental Sciences, are explored. The article also addresses specific research areas, including human evolution, biological variation, forensic anthropology, and primatology. Finally, additional research possibilities are discussed, along with ethical issues relevant to the field. As a result, this review offers an up-to-date perspective on the frontiers and challenges of Bioanthropology.

Keywords: Bioanthropology; Human Evolution; Cultural Ecology; Research Ethics.

1. INTRODUÇÃO

A bioantropologia é descrita como uma evolução da antropologia física, que passou por uma transformação significativa no século XX. Ela surgiu como resultado de avanços nos estudos de genética e herança humana, bem como influenciada por eventos históricos, especialmente na primeira metade do século XX. Esta ciência se concentra na compreensão da diversidade humana como um todo, em contraste com a abordagem anterior da antropologia física, que era mais focada em categorizar e explicar diferenças entre grupos humanos com base em critérios raciais hierárquicos, posteriormente se afastou das ideias deterministas e racistas que caracterizavam a antropologia física inicial (Rocha e Lini, 2023).

A pesquisa bioantropológica bem como pesquisadoras e pesquisadores desta área são sensíveis com o tratamento adequado dos mortos e tem um papel importante em investigações legais, na compreensão biológica e cultural de populações à que se propõe a estudar e na preservação da história. Utiliza abordagens multidisciplinares para compreender a diversidade humana, aplicações forenses e em direitos humanos. Emprega métodos específicos para identificar restos humanos, analisando estatura, idade, sexo/gênero, ancestralidade e traumas (Rocha e Lini, 2023).

O objetivo deste artigo é apresentar um breve e atualizado parâmetro do campo da Bioantropologia, explorando suas perspectivas e fronteiras atuais, utilizando como método a pesquisa bibliográfica.

1.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Bioantropologia se reestruturou enquanto ciência em diversos conceitos e bases teóricas, considerando aspectos como:

- a. Determinismo ambiental: representa a primeira escola de pensamento sobre a relação entre o ser humano e a natureza. Este paradigma exerceu uma influência significativa na concepção ocidental dessa relação, predominando desde a Antiguidade Clássica, por volta do século V a.C., até meados do século XX. Do ponto de vista epistemológico, o determinismo ambiental se caracteriza como uma abordagem unicausal ou unicista. Isso significa que ele atribui a um único fator - neste caso, o ambiente - a responsabilidade por moldar todo o funcionamento de um sistema, seja ele de natureza social, cultural ou biológica (Prado e Murrieta, 2020 pág.197).
- b. Particularismo histórico: com o desenvolvimento da disciplina, o conceito de adaptação ganhou destaque central. Este conceito permeia diversas abordagens, desde a ecologia cultural de Julian Steward até os estudos contemporâneos em sistemas socioecológicos. Paralelamente, a ideia de evolução cultural emergiu, explorando como as sociedades humanas mudam e se desenvolvem ao longo do tempo. O materialismo cultural, proposto por Marvin Harris, trouxe uma nova perspectiva, focando nas condições materiais como base fundamental para o desenvolvimento cultural. Esta abordagem abriu caminho para uma compreensão mais holística da interação entre humanos e seu ambiente (Prado e Murrieta, 2020 pág.198).
- c. Neoevolucionismo e ecologia cultural: A introdução do conceito de ecossistema na antropologia ecológica permitiu considerar populações humanas como parte de sistemas ecológicos amplos. Esta visão evoluiu com a ideia de sistemas adaptativos complexos, reconhecendo interações dinâmicas e não lineares entre componentes sociais e ecológicos. A ecologia comportamental humana introduziu o conceito de otimização, sugerindo que estratégias com maiores benefícios são favorecidas pela seleção natural, embora com controvérsias. Recentemente, conceitos como resiliência e auto-organização ganharam destaque, explicando como sociedades se adaptam e reorganizam diante de mudanças sem controle centralizado. Formas coletivas de manejo emergem das interações complexas, ilustrando a auto-organização de sistemas adaptativos complexos. (Prado e Murrieta, 2020 pág.200-205).
- d. Antropologia ecológica: A Antropologia Ecológica (AE) emergiu na década de 1960 como uma resposta crítica aos princípios fundamentais da ecologia cultural proposta por Julian Steward. Esta nova abordagem trouxe uma perspectiva mais abrangente e multifacetada ao estudo das relações entre populações humanas e seus

ambientes A AE adota uma visão holística, considerando a população humana em seu contexto ambiental, incluindo fatores como água, topografia, clima e solo. Ela analisa aspectos demográficos e epidemiológicos, e utiliza a teoria de sistemas e o conceito de ecossistema para estudar as relações sociedade-ambiente. (Prado e Murrieta, 2020 pág.205-206).

e. Nova antropologia ecológica: É uma resposta crítica e evolutiva à antropologia ecológica das décadas de 1960 e 1970, marcando uma mudança significativa na compreensão das relações entre sociedades humanas e seus ambientes. Esta nova abordagem abandona a visão estática e equilibrada, enfatizando a dinâmica e complexidade das interações. Reconhece a importância de fatores como história, economia e política, além das respostas adaptativas de sociedades e indivíduos. Conceitos como historicidade, permeabilidade e não equilíbrio são fundamentais para compreender contextos socioambientais. Esta abordagem rejeita unidades de análise predefinidas, permitindo que o próprio fenômeno em estudo guie a escolha das unidades de análise e o escopo espaço-temporal da pesquisa (Prado e Murrieta, 2020 pág.208-210).

f. Bioantropologia Cultural: O conceito de bioantropologia cultural engloba uma abordagem interdisciplinar que examina a interação entre fatores biológicos e socioculturais na biologia humana. Essa subdisciplina reconhece a relação bidirecional onde fatores culturais influenciam a biologia humana e fatores biológicos influenciam práticas culturais. A bioantropologia cultural se concentra em questões de saúde e bem-estar, considerando a história evolutiva e os contextos históricos e econômicos para entender as adaptações biológicas e culturais ao longo do tempo (Hoke e Schell, 2020, p. 2).

2. INTERFACES COM OUTRAS DISCIPLINAS

A Bioantropologia estabelece diversas interfaces com outras disciplinas; contudo, apesar dessas conexões, o diálogo com outras áreas ainda é desafiador, sendo a interligação um esforço comum entre as pesquisadoras e os pesquisadores da área. (Neto, 2020).

A Bioantropologia interage com disciplinas como História e Linguística (além de outras áreas como Biologia, Medicina, Odontologia, Geologia entre outros). Os seus campos como Paleopatologia e Bioarqueologia contribuem para a Antropologia Sociocultural, pesquisas entre especialidades como Genética de Populações Humanas e Paleoantropologia, destacam a complexidade do campo. Existem diálogos e debates entre diferentes especialidades, como a Genética de Populações Humanas e a Paleoantropologia, ilustrando a complexidade e a riqueza das interações dentro deste campo multifacetado (Neto, 2020).

Embora ainda se relacione de forma incipiente, as Ciências Ambientais são um campo interdisciplinar que estuda a relação entre humanos e o ambiente, incluindo elementos bióticos e abióticos. Com uma abordagem integrativa, reúne ciências naturais, sociais e humanas para entender a evolução da vida na Terra e as interações entre humanidade e natureza. Além de analisar essas relações, busca soluções práticas para desafios ambientais e estratégias para a sustentabilidade (Rosa *et al* 2022).

3. ÁREAS DE PESQUISA EM BIOANTROPOLOGIA

As possibilidades de pesquisa em bioantropologia abrem um horizonte de investigação que integra perspectivas evolutivas darwinianas com abordagens culturais boasianas. Este campo interdisciplinar busca desvendar a complexa teia de interações entre fatores biológicos e culturais que moldam a diversidade humana. Ao examinar como diferentes populações se adaptaram a seus ambientes específicos, os bioantropólogos podem explorar a intrincada relação entre variabilidade genética e diversidade cultural. Esta abordagem evita determinismos simplistas, reconhecendo cada população como um "precipitado histórico único" - uma confluência singular de forças evolutivas e culturais (Sordi, 2021).

O estudo da interação entre seleção natural e adaptação cultural na evolução humana revela como chegamos à nossa diversidade atual. Com uma visão não-teleológica, pesquisadores exploram a contingência e não-linearidade no desenvolvimento humano, desafiando ideias de progresso evolutivo. Essa abordagem integrada aprofunda a compreensão da variabilidade humana, reconhecendo que somos produtos de nossa herança genética e tradições culturais, em constante diálogo ao longo do tempo (Sordi, 2021).

3.1. PALEOANTROPOLOGIA

A paleoantropologia é um campo de estudo que investiga a trajetória evolutiva humana, focando nos hominínios fósseis e nos primatas extintos da linhagem humana. No Brasil, essa área apresenta uma baixa difusão, em parte devido à complexidade do campo, além da dificuldade de acesso aos grandes centros de pesquisa. No entanto, existem caminhos viáveis entre os quais, sugere-se a realização de sínteses teóricas críticas, que aprofundam o conhecimento já difundido pela disciplina e organizam-no de maneira crítica para popularizar os temas tratados na paleoantropologia (Bernardo, 2020).

Outra abordagem é produzir pesquisas competitivas com dados publicados, usando princípios de falseabilidade e replicabilidade para contribuir com debates e permitir interpretações alternativas. A paleoantropologia se beneficia do diálogo com áreas como arqueologia, biologia evolutiva, geologia, primatologia e tafonomia, sendo essa

multidisciplinaridade essencial para entender a trajetória biológico-evolutiva humana (Bernardo, 2020).

No Brasil, a pesquisa paleoantropológica enfrenta desafios, mas pode oferecer contribuições importantes por meio de análises críticas e metodologias alternativas. Estudos sobre as origens do gênero *Homo* e a primeira saída da África podem ser explorados sob novas perspectivas, avançando o conhecimento na área. (Bernardo, 2020).

3.2. GENÉTICA

A genética é inserida de alguma forma aplicada aos mais variados campos de conhecimento, como Antropologia Biológica e Médica, Antropologia forense, Bioarqueologia, Primatologia. A aplicação da genética serve para entender comunidades vivas e antigas, processos evolutivos, de adaptação, saúde e doença humana, identificação de indivíduos (no contexto Forense e Bioarqueológico) entre outros (Madrigal e Gonzáles-José, 2017).

Atualmente, áreas como a bioinformática e biologia molecular foram incorporadas permitindo um salto para o estudo das chamadas “Ômicas” (genômica, epigenômica, metabolômica, transcriptômica, proteômica). As “Ômicas” tem sido foco de estudos por equipes multi e interdisciplinares, com uma perspectiva mais abrangente (holístico) que esses diferentes conhecimentos trazem, permitem abordar os dados recuperados por outras perspectivas (Madrigal e Gonzáles-José, 2017).

O estudo da genética evolutiva analisa intercorrências genéticas entre indivíduos e populações ao longo do tempo para entender sua influência na evolução das espécies. A variação genética, essencial para a diversidade, ocorre por mutações no DNA, espontâneas ou causadas por fatores externos. A seleção natural favorece variantes vantajosas, enquanto a deriva genética altera aleatoriamente frequências alélicas. O estudo da ancestralidade genética usa marcadores moleculares, como SNPs, INDELs e microssatélites, para inferir a origem e história evolutiva dos indivíduos (Madrigal e Gonzáles-José, 2017).

O estudo de DNA antigo (aDNA) é uma disciplina emergente, que se expande além do DNA humano, podendo estudar também microbiomas associados a humanos, vírus e bactérias patógenas e seus processos evolutivos, ou outros materiais associados a processos ecológicos (Madrigal e Gonzáles-José, 2017). O DNA nas práticas forenses é usado como uma análise para identificação de indivíduos, auxiliando na identificação de vítimas de crimes ou criminosos, vítimas de acidentes em massa ou catástrofes naturais, identificação de vínculos biológicos familiares (Madrigal e Gonzáles-José, 2017).

Avanços tecnológicos permitem análises genômicas em larga escala, oferecendo inferências precisas sobre ancestralidade, migrações e eventos populacionais. A genética

evolutiva traça a história evolutiva humana e interações entre grupos, revelando a complexidade das origens humanas. Esses estudos são essenciais para entender a evolução das espécies, a diversidade genética humana e suas implicações sociais e cultural (Kimura, 2022).

3.3. ANTROPOLOGIA FORENSE

A Antropologia Forense aplica conhecimentos antropológicos para resolver questões médico-legais e humanitárias, investigando crimes contra humanos, como violência política, genocídio, e crimes de guerra. Ela é crucial em processos de Justiça de Transição, documentando histórias e prevenindo violações de direitos humanos. Um exemplo notável é a atuação multidisciplinar no caso “Vila de Perus” no Brasil, onde foram identificados remanescentes de vítimas de violações de direitos humanos durante o regime militar (1964-1986) e devolvidos a seus familiares. (Silva *et al.*, 2019).

A Antropologia Forense aplica conhecimentos antropológicos para resolver questões médico-legais e humanitárias, investigando crimes contra a vida humana, como violência política, genocídio, e crimes de guerra. Ela é crucial em processos de Justiça de Transição, documentando histórias e prevenindo violações de direitos humanos. Um exemplo notável é a atuação multidisciplinar no caso de busca de desaparecidos da “Vala Clandestina de Perus”, localizada no Cemitério Dom Bosco, São Paulo (SP), Brasil, a qual associam-se vítimas do Estado cujos corpos foram ocultados durante o regime militar (1964-1986). Embora alguns desaparecidos associados ao caso tenham sido identificados e devolvidos a seus familiares, o trabalho ainda segue em andamento com mais de mil corpos ainda sem identificação (Silva *et al.*, 2019).

Tradicionalmente, a Antropologia Forense lida com a análise de remanescentes ósseos para ajudar na identificação de indivíduos e na reconstrução dos acontecimentos que levaram à sua morte. Isso envolve estabelecer elementos do perfil biológico do indivíduo, como sexo biológico, idade à morte, ancestralidade (a depender da população e do perfil das buscas) e estatura, além da análise de traumas e patologias para detectar sinais de violência ou características individualizantes. Contudo sua atuação vem se expandindo para indivíduos vivos vítimas de diversos tipos de violência ou desconhecidos sem documentações (Silva *et al.*, 2019).

A análise de remanescentes ósseos com o objetivo de identificação de indivíduos e reconstrução de eventos relacionados à sua morte inclui: Análise do Perfil Biológico (Avaliação de ossos e dentes para determinar características como sexo, idade à morte, ancestralidade e estatura do indivíduo); Análise Tafonômica (Estudo dos processos que afetam os restos mortais após a morte, ajudando a estimar o intervalo pós-morte e a compreender as circunstâncias de deposição dos corpos); Diagnóstico de Patologias e

Traumas (Identificação de doenças e lesões nos ossos que possam indicar violência ou outras condições que o indivíduo possa ter sofrido); Interdisciplinaridade (A Antropologia Forense é transdisciplinar, envolvendo diálogo entre métodos antropológicos, arqueológicos e biomédicos, e requer compreensão do contexto legal para apresentação das descobertas); Abordagem Holística (Em contextos de violência política, a Antropologia Forense incorpora dados *ante mortem* e envolve a participação de familiares das vítimas, além de considerar a cultura material e as estruturas sociais envolvidas nos casos estudados).

O estudo da Antropologia Forense também evolui para lidar com novas formas de violência e sofrimento, ampliando seu foco para além da identificação individual para incluir análises populacionais de transformações sociais.

3.4. PRIMATOLOGIA

A primatologia é um campo de estudo que se concentra na pesquisa e análise dos primatas não humanos, como chimpanzés, bonobos, gorilas e orangotangos, primatas fósseis e dos próprios humanos. Neste exemplo ao analisar e comparar morfologia e comportamento, pretende-se entender as origens dos humanos e de sua natureza comportamental, e tentar compreender os processos evolutivos (Madrigal e Gonzáles-José, 2017).

Desde os anos 1960, a primatologia tem revisado definições tradicionais sobre o comportamento dos primatas, destacando a existência de "culturas" entre animais não humanos. Estudos mostram que primatas, como chimpanzés, possuem capacidades sociais, comunicativas, técnicas e cognitivas antes atribuídas apenas aos humanos. Muitos de seus comportamentos são aprendidos e transmitidos socialmente, incluindo o uso de ferramentas, padrões de comunicação vocal e corporal, e interações sociais complexas. (Rapchan e Neves, 2014).

A primatologia desafia a visão tradicional que separa rigidamente humanos de outros animais, mostrando que alguns primatas exibem comportamentos análogos aos humanos. Observações de chimpanzés selvagens revelaram comportamentos padronizados que variam entre grupos, sugerindo tradições culturais distintas. Isso levanta questões sobre a definição de humanidade e animalidade, levando a uma reavaliação das categorias usadas para definir o que é humano e animal. Além disso, reconhecer capacidades culturais e cognitivas em primatas influencia o debate sobre os direitos dos animais, afetando como percebemos suas necessidades e direitos (Rapchan e Neves, 2014).

A primatologia explora semelhanças e diferenças entre humanos e primatas, provocando reflexão sobre nossa identidade e a dos outros animais. Ela sugere que a relação entre humanos e primatas não humanos está se estreitando, levando a novas

formas de alteridade, onde esses animais são vistos como portadores de significados complexos e valiosos (Rapchan e Neves, 2014).

3.5. BIOARQUEOLOGIA

A Bioarqueologia estuda remanescentes humanos em contextos arqueológicos para entender a vida e morte de populações antigas. Tendo origem científica na década de 1970, analisa remanescentes humanos considerando suas características físicas e o contexto de descoberta. Utiliza dados arqueológicos, culturais e clínicos para interpretar achados, fornecendo informações sobre identidade social e ciclos de vida. Lesões e marcas ósseas podem indicar comportamentos e estilos de vida ligados a condições sociais e culturais, permitindo inferir sobre práticas culturais, hereditariedade e outros aspectos das populações estudadas (Larsen, 2015; Mendonça, 2019).

Inicialmente, o estudo de remanescentes humanos era influenciado por paradigmas biomédicos e classificatórios, focando em morfologias normais e anormais. Com o tempo, a bioarqueologia integrou-se à antropologia, especialmente no Brasil, consolidando-se como um campo respeitado. Essa integração trouxe um olhar interdisciplinar, envolvendo métodos de diversas áreas para entender melhor os processos fisiológicos e fisiopatológicos que impactaram a vida dos indivíduos no passado (Souza, 2019).

No Brasil, a bioarqueologia se desenvolveu com a influência do Museu Nacional e se beneficiou de colaborações internacionais e da formação de novos profissionais, ampliando suas abordagens e métodos. O campo busca revelar aspectos da vida, morte e comportamento de grupos humanos do passado, utilizando uma abordagem interdisciplinar que combina biologia, antropologia, arqueologia e ciências correlatas, além de levar em conta o contexto arqueológico total no qual os remanescentes foram encontrados (Souza, 2019).

4. QUESTÕES ÉTICAS

A pesquisa em bioantropologia na Amazônia, especialmente sobre saúde e doença, destaca a importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para garantir que os participantes compreendam os objetivos, riscos e direitos, respeitando sua autonomia e dignidade. Focando em populações vulneráveis, como pessoas com Doença Falciforme que enfrentam desafios socioeconômicos e discriminação, a pesquisa exige atenção ética especial para evitar a exploração dessas vulnerabilidades. Além disso, é fundamental que os benefícios e riscos da pesquisa sejam distribuídos de maneira justa, sem discriminação baseada em raça, cor ou condição socioeconômica, assegurando que os resultados beneficiem as comunidades envolvidas, a proteção da privacidade dos participantes e a garantia da confidencialidade dos dados pessoais e genéticos coletados

são preocupações centrais. A avaliação cuidadosa dos riscos potenciais para os participantes, garantindo que os benefícios da pesquisa superem esses riscos, é essencial, e a pesquisa deve minimizar qualquer dano potencial aos participantes a comunicação clara e contínua com os participantes sobre os objetivos, métodos e resultados da pesquisa é crucial para manter a confiança e o respeito mútuo. Por fim, a necessidade de aprovação por Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) é enfatizada, garantindo que a pesquisa cumpra os padrões éticos estabelecidos e proteja os direitos dos participantes (Silva, Oliveira, Filgueiras e Cardoso-Júnior 2021, p. 770-781).

Essas questões éticas são fundamentais para conduzir pesquisas responsáveis e respeitadas, especialmente em contextos que envolvem populações vulneráveis e questões sensíveis de saúde e identidade cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em bioantropologia no contexto amazônico destaca a complexidade e a responsabilidade ética ao estudar populações vulneráveis. É crucial respeitar a autonomia dos participantes, garantindo que estejam informados sobre a pesquisa e seus riscos. A proteção dessas populações exige evitar a exploração de suas condições socioeconômicas e raciais, assegurando que os benefícios da pesquisa sejam equitativamente distribuídos para o bem-estar das comunidades. Privacidade e confidencialidade dos dados devem ser protegidas, com comunicação clara e contínua para promover confiança. A aprovação por Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) é vital para manter padrões éticos. No contexto amazônico, a bioantropologia pode informar políticas públicas e práticas de saúde mais justas e eficazes, considerando fatores socioeconômicos e culturais.

REFERÊNCIAS

- Bernardo, D. V., Neves, W. A., & Campos, T. C. (2020). Antropologia Biológica e Paleoantropologia exemplos da pesquisa brasileira. *Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(2), 131-167.
- Hoke, M. K., & Schell, L. M. (2020). Doing biocultural anthropology: Continuity and change. *American Journal of Human Biology*, e23471.
- Kimura, L., Lemes, R. B., & Nunes, K. (2022). Ancestralidade: genética, herança e identidade. *Genética na Escola*, 17(1), 41-52.
- Larsen CS. 2015. *Bioarchaeology: Interpreting human behavior from the human skeleton*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. Capítulo 4, p. 115-177.
- Madrigal, L. & González-José, R. (2017). *Introdução à Antropologia Biológica*. Associação Latino Americana de Antropologia Biológica. 676 páginas. ISBN 978-987-42-

3502-2. Traduzido por Caio Cesar Silva de Cerqueira e colaboradores. Capítulo 5,6,10 p. 125-178.

Neto, V. V. G. (2020). Possibilidades De Interlocução Entre a Antropologia Biológica, a Antropologia Sociocultural E Outras Frentes Disciplinares: Alguns Breves Relatos. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(2), 108-130.

Prado, H. M., & Murrieta, R. S. S. (2020). As bases teóricas da ecologia humana em sua dimensão bioantropológica: Escolas clássicas, evolucionismo e teoria dos sistemas. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(2), 192-217.

Rapchan, E. S., & Neves, W. A. (2014). Primatologia, culturas não humanas e novas alteridades. *Scientiae Studia*, 12, 309-329.

Rocha, A. C. G., & Lini, P. (2023). Bioantropologia e Antropologia Forense na identificação humana e efetivação de direitos.

Rosa, G. M. D., Santos, C. E., Sartor, D., Seben, D., & Lazzaretti, G. (2022). Ações antrópicas e o advento das Ciências Ambientais. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 17(1), 180-197.

Silva, A. K. L., Oliveira, R. B. T., Filgueiras, L. A., & Cardoso-Júnior, L. M. (2021). Para além do comitê de ética em pesquisa: desafios e perspectivas do trabalho de campo de Bioantropologia na Amazônia brasileira frente à doença falciforme. *Amazônica-Revista de Antropologia*, 13(2), 761-791.

Silva, M. A. M. An Overview of the Field of Forensic Anthropology in Brazil: Perspectives and Challenges for the XXI Century. *Forensic, Legal & Investigative Sciences*, v. 5, p. 1–7, 21 fev. 2019.

Sordi, C. (2021). Evolução, evolucionismo e antropologia sociocultural: contribuições para um debate inconcluso. *Conjectura: filosofia e educação*, (1), 39.

Souza, S. M. D. (2019). Bioarqueologia no Brasil constituindo um campo, consolidando um conceito. *Ciência e Cultura*, 71(2), 25-30.

Recebido 27 em de outubro de 2024.

Aceito em 27 abril de 2025.